



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.315.394/24-7



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
033926607-4



DADOS CADASTRAIS

57.152.502/0001-55

ATO Constituição Normal;			
NOME EMPRESARIAL KAPA INFRAESTRUTURA S/A			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua dos Topázios		NÚMERO 174	CEP 17516-280
MUNICÍPIO Marília	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS	
NOME: HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA (Diretor Presidente)		DARE: R\$,00	
ASSINATURA: HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852 Assinado de forma digital por HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852 Data: 2024.08.28 09:14:08 -03'00'		DARF: R\$,00	
DATA: 17/07/2024		SEQ. DOC: 1/1	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP ER 100 - ACSP SÃO PAULO ★ 30 AGO. 2024 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 4ª TURMA DE VOGAIS	CARIMBO ANÁLISE JUCESP 4/SET/2024 DEFERIDO 4ª TURMA 1. Vogal Relator: Marcelo Ricomini RG 10.556.924-1 2. Vogal Revisor: [assinado] RG 1.000.633 3. Vogal: [assinado] RG 1.000.633
--	--	--

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE
<input checked="" type="checkbox"/> DBE	<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal
<input type="checkbox"/> Formal de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão
<input type="checkbox"/> Outros	

OBSERVAÇÕES:	 C01552 (001)
--------------	------------------

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP SEDE A MÁRIA CRISTINA FREI SECRETÁRIA GERAL 3530064609-6



2º TABELIÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
ANDRESSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA
TABELIÃO



1º Traslado do Livro nº 3809 - Fls 87/93

ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIARIA INTEGRAL

COLO

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos **dezessete (17)** dias do mês de **JULHO** do ano de **DOIS MIL E VINTE E QUATRO (2024)**, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, através de **VIDEOCONFERÊNCIA**, nos termos do Provimento CNJ nº 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça, de 26 de maio de 2020, perante mim, Karen Gama da Silva Sugarava, Escrevente Autorizada, no 2º Tabelião de Notas, situado na Avenida Paulista, nº 1.776, Bela Vista, compareceu: como **OUTORGANTE CONSTITUINTE, KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 17.344.459/0001-05, com sede na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, Rodovia Miguel Jubran - SP 333, número S/N, KM 407, CDA 3, CEP 19805-000, com seu contrato social consolidado e última alteração contratual, datado de 22/11/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob número 432.239/23-6, neste ato representada na forma de seu contrato social nos termos da cláusula V - DA ADMINISTRAÇÃO, por seu sócio, **Helder Marcelino Canuto de Souza**, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, onde nasceu aos 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Rua Cupertino de Castro, nº 55, Jardim Europa, CEP 19815-135; por seu representante acima nomeado e qualificado, me foi dito o seguinte: **I.)** Que a **OUTORGANTE CONSTITUINTE** decidiu, como lhe faculta a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em seu artigo 251, pela constituição de uma sociedade anônima subsidiária integral, que se denominará **KAPA INFRAESTRUTURA S/A**. Então, pela **OUTORGANTE CONSTITUINTE, KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, por seu representante acima nomeado e qualificado, me foi dito o seguinte: **II)** Que a **OUTORGANTE CONSTITUINTE**, nos termos do artigo 251 da Lei das S.A., aprova a constituição da sociedade "KAPA INFRAESTRUTURA S/A", com sede social localizada na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Rua dos Topázios, número 174, Jardim Maria Isabel, CEP 17516-280. **II)** O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil ações). Aprovar a emissão de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal pela Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. O valor total das ações emitidas pela Companhia foi subscrito pela acionista presente nessa Assembleia Geral de Constituição, **KAPA INFRAESTRUTURA S/A**, acima qualificada, conforme o termo do Boletim de Subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo I**. Dessa forma, o capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) é totalmente subscrito e parcialmente integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, sendo que as demais ações, serão integralizadas no prazo de até 180 dias, contados a partir desta data. **III)** Reconhecer que o pagamento no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representando 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações ordinárias da Companhia, conforme recibo do Banco do Brasil S.A., nos termos do Artigo 80 da Lei das S.A.; Conforme recibo de depósito a seguir transcrito: "3/04/2024 - BANCO DO BRASIL - Hora 14:28:38, 71711213 0193, COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO CLIENTE: KAPA INFRAESTRUTURA S.A, AGENCIA: 1220-3 CONTA: 3.042.024-5, DATA 03/04/2024, NR. DOCUMENTO 57.171.121.300.193, VALOR DINHEIRO 10.000,00, VALOR TOTAL 10.000,00, NOME DO DEPOSITANTE HELDER

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-

V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIÃO DE NOTAS

COMARCA DE SÃO PAULO - SP

ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA

TABELIÃO



CARTÓRIO
PAULISTA

2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO

MARCELINO CANUTO S, CPF: 323.691.058-52, ORGÃO EMISSOR DETRAN, NR. AUTENTICAÇÃO 8.E7E.860.FC3.2FD.55B". IV) Aprovar a proposta do Estatuto Social da Companhia, que passará a ser válido nos termos do **Anexo II** à presente ata. IV) Aprovar a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia: (i) **Helder Marcelino Canuto de Souza**, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, nascido em 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado no mesmo endereço da outorgante, do cargo de Diretor Presidente; e (ii) **Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti**, brasileira, natural de Dracena, Estado de São Paulo, nascida em 02/11/1961, empresária, casada, portadora da cédula identidade RG nº 13.549.473-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 034.489.308-14, residente e domiciliada no mesmo endereço da outorgante, do cargo de Diretora Administrativa. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 03 (três) anos, que declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o que impeça de exercerem atividade mercantil ou a administração da empresa. Ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da companhia, autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ATA, reaberta a sessão foi lida e aprovada pela unanimidade dos subscritores da companhia. ACIONISTA: OUTORGANTE CONSTITUINTE: KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado. com sede à Rua dos Topázios nº 174, jardim Maria Isabel, Marília- São Paulo, CEP 17.516-28, inscrita no CNPJ nº 17.344.459/0001-05, com seu contrato social consolidado e última alteração contratual, datado de 11/07/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob número 35.227.048.376, representada por Helder Marcelino Canuto de Souza e ATITUDE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Cupertino de Castro, 55, Jardim Europa, CEP 19815-135, Assis- Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 35.23169123- 7 e inscrita no CNPJ sob o nº 34.315.025/0001-04, representada por seu sócios administrador Helder Marcelino Canuto de Souza, acima qualificado. V) A adoção pela Companhia do estatuto social com a redação abaixo transcrita: **Capítulo I - NOME, SEDE, OBJETO E PRAZO: ARTIGO 1º - A KAPA INFRAESTRUTURA S/A**, é uma sociedade anônima regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "**Companhia**" e a "**Lei das S.A.**", respectivamente). **ARTIGO 2º - A Companhia tem sede social e domicílio jurídico na Cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Rua dos Topázios, número 174, Jardim Maria Isabel, CEP 17516-280. Parágrafo Único – A Companhia abrirá uma filial onde serão executadas, com exclusividade, as atividades da companhia mencionadas no artigo 3º abaixo. ARTIGO 3º - A Companhia tem por objetivo social: Locação de máquinas e equipamentos para construção e terraplanagem, com e sem operador; pavimentação asfáltica em geral, serviços de construção e recuperação de pontes, viadutos, passarelas, galerias, obras em concreto armado ou pretendido em geral, conservação, recuperação, manutenção e execução de rodovias, infraestrutura em geral, conservação, recuperação de sinalização viária horizontal, vertical, semaforica; limpeza, jardinagem, manutenção urbana e gestão de aterros sanitários em geral, análise de projetos. Parágrafo Único – As atividades mencionadas no caput deste artigo 3º serão executadas**

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR



2º TABELIÃO DE NOTAS

COMARCA DE SÃO PAULO - SP

ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA

TABELIÃO



**CARTÓRIO
PAULISTA**
2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO

exclusivamente em filial que poderá ser aberta, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º deste estatuto social. **ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: ARTIGO 5º** - O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **ARTIGO 6º** - A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferências, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens, e/ou aumentar o número de ações ordinárias, mesmo que sem guardar proporção com as demais espécies de ações, preferenciais ou ordinárias. **ARTIGO 7º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Deliberações das Assembleias Gerais. **ARTIGO 8º** - A ação é indivisível em relação à Companhia. Caso a ação pertença a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **ARTIGO 9º** - As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se a propriedade das ações pela inscrição do nome do acionista no Livro de Ações Nominativas da Companhia. **ARTIGO 10º** - Nos casos de reembolso de ações previstos em Lei, o valor de reembolso das ações será apurado com base no valor de patrimônio líquido da Companhia, sendo seus ativos avaliados de acordo com seu valor contábil, conforme balanço especial da Companhia levantado com base na data do recebimento do pedido de reembolso, devendo ser avaliados os passivos e ativos de acordo com os respectivos valores contábeis. Parágrafo único - O valor do reembolso das ações deverá ser pago ao acionista dissidente em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, acrescidas de juros legais, vencendo-se a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação da Assembleia Geral que convocada e instalada para este fim. **Capítulo III - Assembleias Gerais: ARTIGO 11º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão realizadas por qualquer Diretor, na forma da Lei, facultando-se, enquanto a Companhia ostentar a condição do Artigo 294 da Lei das S.A., a convocação através da entrega de anúncio a todos os acionistas, contra recibo, seja por carta, telegrama ou e-mail, todos com comprovação de recebimento, com a antecedência prevista no Artigo 124 da Lei das S.A. Parágrafo Primeiro - Independentemente do disposto no caput deste artigo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. Parágrafo Segundo - Somente poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, nos termos do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais com direito a voto, que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia Geral. Da mesma forma, serão considerados presentes os que derem seu voto por carta, telegrama, fac-símile ou e-mail, todos com comprovação de recebimento se recebidos no local de realização da respectiva Assembleia Geral, antes de sua instalação e início. **ARTIGO 12º** - As Assembleias Gerais de Acionistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número. A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor e, na ausência de todos os membros da Diretoria, por pessoa indicada pelo acionista presente na assembleia geral que detiver maior participação no capital social com direito a voto, cabendo ao presidente da

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Assembleia Geral a designação do secretário. **ARTIGO 13º** - As deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas pelo voto dos acionistas representantes da maioria absoluta do capital social, salvo se houver previsão de quórum m maior na Lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado fia sede da Companhia. **Capítulo IV – Administração:** **ARTIGO 14º** - A administração da sociedade caberá ao Presidente e Diretor Administrativo de forma conjunta, que recebem poderes e atribuições de representarem a empresa ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhes o uso do nome empresarial, devendo assinar pela mesma, em conjunto ou isoladamente, representando empresa perante todas as repartições públicas e entidades Federais, Estaduais e Municipais, inclusive autarquias, movimentação de contas bancárias em nome da sociedade, emissão de cheques e de títulos cambiários e demais atos de ordinária administração ficando vedado, no entanto, em atividades estranhas a interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos diretores ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do diretor. Primeiro: Os sócios têm poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, nomear e constituir procuradores, para agir em nome da sociedade, quer para fins comerciais, judicial ou extrajudiciais, devendo, todavia, constar instrumento de mandato, os poderes conferidos e seu prazo de vigência. Segundo: Os diretores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções. **ARTIGO 15º** - O prazo do mandato dos membros da Diretoria será por tempo indeterminado, até que se estipule o contrário. **ARTIGO 16º** - A investidura dos membros da Diretoria em seus cargos se dará mediante assinatura de Termo de Posse no livro próprio, independentemente de caução. **ARTIGO 17º** - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, este será substituído pelo outro Diretor, que acumulará, interinamente, as funções do Diretor impedido. Parágrafo Primeiro - Havendo vacância em cargo de Diretoria, deverá ser imediatamente convocada a Assembleia Geral para o preenchimento do cargo vago, cujo mandato deverá coincidir com aquele dos membros da Diretoria no exercício de seus mandatos, sem prejuízo do disposto no artigo 15 deste Estatuto Social. Parágrafo Segundo - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **ARTIGO 18º** - A remuneração dos membros da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, com a devida observância das disposições do Artigo 152 da Lei das S.A. **ARTIGO 19º** - Além dos atos que forem necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federas estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos e fazer acordos, adquirir, alienar bens móveis e imóveis. **ARTIGO 20º** - Compete especialmente, à Diretoria: apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, previsões orçamentárias de despesas e receitas; convocar as Assembleias Gerais quando julgar conveniente ou no caso do Artigo da Lei das S.A; representar a Companhia nos termos do artigo 22 deste Estatuto Social e nos demais atos relacionados neste artigo. **ARTIGO 21º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, em primeira convocação, e com antecedência de 03 (três) dias, em segunda convocação, mediante convocação pessoal e por escrito dirigida ao outro Diretor, com comprovação de recebimento. As reuniões serão

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-

V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





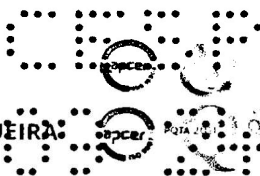
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIÃO DE NOTAS

COMARCA DE SÃO PAULO - SP

ANDERSON HENRIQUE TEXEIRA NOGUEIRA

TABELIÃO



CARTÓRIO
PAULISTA
2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO

instaladas com a presença da totalidade dos membros da Diretoria em exercício. E dispensado o interregno de 05 (cinco) ou 3 (três) dias, conforme o caso, quando a Diretoria se reunir com a presença ou representação de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo Primeiro** - Nas reuniões da Diretoria as deliberações serão tomadas pela unanimidade dos seus membros e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Parágrafo Segundo** - Nas reuniões da Diretoria será admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares ou advogado, seja para a formação de quórum, seja para votação, mediante competente procuração específica outorgada pelo diretor ausente, bem como serão admitidos votos, por carta, telegrama, telefax ou e-mail, se recebidos na sede social antes do início da reunião. **ARTIGO 22º** - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada, em Juízo ou fora dele, da seguinte forma: pela assinatura isolada de qualquer Diretor; Pela assinatura isolada de 01 (um) procurador, em casos específicos quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **Parágrafo único** - Os mandatos outorgados pela Companhia serão outorgados pela assinatura isolada de qualquer Diretor. Os mandatos deverão especificar os poderes outorgados, e, salvo se destinados a fins judiciais, terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano, sendo certo que na omissão do prazo de vigência, os mandatos serão considerados com vigência de 01 (um). **Capítulo V – Conselho Fiscal:** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas em Assembleia Geral, nos termos do Artigo 161 da Lei das S.A. **Parágrafo único** - Caso solicitada a instalação do Conselho Fiscal, os acionistas deverão determinar o número entre 3 (três) e 5 (cinco), de membros efetivos que irão compô-lo, devendo em seguida proceder a eleição de tais membros efetivos e de igual número de suplentes, todos os membros do Conselho Fiscal eleitos deverão ser residentes no Brasil e preencher os requisitos previstos em lei. **ARTIGO 24º** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente à sua instalação, e obedecerão ao disposto na Lei das S.A. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Resultados:** **ARTIGO 25º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, Ocasão em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal em vigor. A Companhia elaborará, também, demonstrações financeiras mensais, trimestrais ou semestrais, inclusive para fins de apuração de resultados e distribuição de dividendos, desde que o caixa da Companhia assim o permita. **Parágrafo Único** - Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, (i) parte dos mesmos será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, nos termos do Artigo 193 da Lei das S.A., conforme aditada, salvo nos casos em que a lei permitir sua não constituição, e (ii) o saldo final dos lucros terá a destinação que lhe for dada na respectiva Assembleia Geral, respeitada a distribuição do dividendo obrigatório prevista no Artigo 202 da Lei das S.A., salvo nas hipóteses previstas no mesmo Artigo 202 da Lei das S.A. **ARTIGO 26º** - Sem prejuízo do levantamento dos balanços semestrais e por determinação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá levantar outros balanços intermediários. A Diretoria poderá (i) declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços intermediários, observadas as restrições legais, (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes ao último balanço anual ou semestral aprovado em e (iii) determinar o pagamento de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII – Liquidação da Companhia:** **ARTIGO 27º** - Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, o

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e Informe o código C7VZN-

V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIÃO DE NOTAS

COMARCA DE SÃO PAULO - SP

ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA

TABELIÃO



**CARTÓRIO
PAULISTA**
2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO

liquidante será nomeado pela Assembleia Geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. **CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais:** A Companhia respeitará e obedecerá aos termos dos Acordos de Acionistas arquivados, ou que venham a ser arquivados, em sua sede, nos termos do Artigo 118 da Lei das S.A. **ARTIGO 29º** - A Companhia disponibilizará, quando solicitado por qualquer de seus acionistas, em prazo não superior a 5 (cinco) dias, contados do recebimento o respectivo requerimento, cópia de contatos com partes relacionadas da Companhia, acionistas, administradores e/ou empregados da Companhia e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Parágrafo único** - Para fins deste Estatuto Social, entende-se por partes relacionadas de uma sociedade ou pessoa, conforme o caso: (i) as sociedades que a controlem ou venham a controlar, direta ou indiretamente, a sociedade em questão (ii) as sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou [indiretamente, pela sociedade ou pessoa em questão, (iii) as sociedades que são ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, por uma sociedade que controla ou venha a controlar a sociedade em questão, iv) qualquer outra sociedade sob controle comum ou compartilhado ou que venha a estar sob controle comum ou compartilhado, direta ou indiretamente, pela sociedade ou pessoa em questão ou por seu controlador; (v) qualquer acionista ou quotista da sociedade em questão, incluindo seus respectivos sucessores e herdeiros, cônjuges, ex-cônjuges, familiares, filhos, netos e outras pessoas relacionadas por sangue até o terceiro grau de parentesco, e também qualquer sociedade controlada por quaisquer destas pessoas, e (vi) os sucessores e herdeiros, cônjuges, herdeiros, ex cônjuges, familiares, filhos, netos e outras pessoas relacionadas por sangue até o terceiro grau de parentesco, da pessoa em questão, e também qualquer sociedade controlada por quaisquer destas pessoas. Para fins deste Instrumento, entende-se por controle, se a sociedade ou pessoa em questão direta ou indiretamente tiver poder de gerir ou fazer com que seja gerida a administração e política de tal sociedade, seja através de interesses detidos através de holding, por acordos ou de outra forma. **ARTIGO 30º** - Fica vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo qualquer título desta natureza em circulação. **ARTIGO 31º** - Quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social deverão ser dirimidas no foro da Comarca da Capital no Estado de São Paulo, renunciando a Companhia, os acionistas e administradores, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam. **ARTIGO 32º** - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. - **DAS DECLARAÇÕES FINAIS:** Comparecem a este ato a advogada a Dra. **PATRICIA GARCIA FERNANDES**, brasileira, natural de São Paulo, onde nasceu em 10/12/1978, filha de Wagner Garcia Fernandes e Sueli Ferro Fernandes, advogada inscrita na OAB/SP sob número 211.531, divorciada, portadora da cédula de identidade RG número 32.321.102-1 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob número 277.356.828-16, domiciliada na Cidade de São Paulo, Capital, com escritório na Avenida Marques de São Vicente, número 405, sala 111, Barra Funda, CEP 01139-000; (i) **Helder Marcelino Canuto Souza**, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, onde nasceu aos 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado no mesmo endereço da outorgante; e (ii) **Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti**, brasileira, natural de Dracena, Estado de São Paulo,

Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA
TABELIÃO

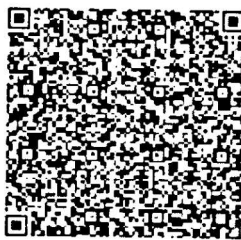


CARTÓRIO PAULISTA
2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO

nascida em 02/11/1961, empresária, casada, portadora da cédula identidade RG nº 13.549.473-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 034.489.308-14, residente e domiciliada no mesmo endereço da outorgante, cujo mandato expirará em 03 (três) anos a contar desta data. Cada um dos diretores ora eleitos assina a presente para aceitar suas eleições. Finalmente, pelas partes contratantes me foi dito que aceitam a presente escritura, em seus expressos termos. Todos os documentos de arquivamento obrigatório mencionados neste ato notarial ficam arquivados digitalmente, pelo prazo legal, neste 2º Tabelionato de Notas, sob o número de ordem do protocolo informatizado, nos termos do Provimento CNJ nº. 149/2023. Ficam também arquivadas neste 2º Tabelionato de Notas da Comarca da Capital, São Paulo, sob o número de ordem do protocolo informatizado, a versão eletrônica deste ato notarial, assinada digitalmente pelas partes, e a gravação da videoconferência. E de como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, em voz alta e clara, foi achada em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. Eu, Karen Gama da Silva Sugarava, escrevente, a escrevi. Eu Messias Alves da Silva Junior, Substituto do Tabelião, a subscrevi. (a.a) // HELDER MARCELINO CANUTO SOUZA Assinado digitalmente em: 22/07/2024 14:50:40, DULCINÉIA ANDREUS RODRIGUES LUZETTI Assinado digitalmente em: 17/07/2024 11:23:58, PATRICIA GARCIA FERNANDES Assinado digitalmente em: 17/07/2024 12:55:48. Traslada na data supra. O presente traslado foi confeccionado e assinado digitalmente por Giselle Olegário da Costa Pinto Anacleto, Substituta do Tabelião, sob a forma de DOCUMENTO ELETRÔNICO, mediante processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da medida provisória nº 2200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo, para sua validade, ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade.

CUSTAS E EMOLUMENTOS: Ao Cartório R\$ 1241,02; Ao Estado: R\$ 352,71; A Secretaria da Fazenda: R\$ 241,40; Santa Casa: R\$ 12,41; Ao Registro Civil: R\$ 65,32; Ao Tribunal da Justiça: R\$ 85,17; Ao Município: R\$ 26,54; Ministério Público: R\$ 59,57; **TOTAL: R\$ 2084,14**

PROTOCOLO Nº 298.013



SELO DIGITAL: 1127221ES000000245150524D - R\$ 2084,14

Assinado digitalmente por:
GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO
CPF: 125.915.908-69
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 23/07/2024 19:53:20 -03:00

Colégio
Notarial do
Brasil



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE S/A
MÁRIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
3530064609-6



JUCESP



Esse documento foi assinado por GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA

AVENIDA PAULISTA, 1.776 - BELA VISTA - CEP: 01310-921 - FONE: 11 3357-8844 - WWW.CARTORIOPAULISTA.COM.BR

DUCERP
04 09 24



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA

Matrícula Notarial Eletrônica: 112722.2024.07.17.00152270-19

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ GISELLE OLEGARIO DA COSTA PINTO ANACLETO (CPF 125.915.908-69) em
23/07/2024 19:53

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e
informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/C7VZN-V37RB-DA8P3-UE8EA>

ANEXO I

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES EMPRESA A SER CONSTITUIDA

2. **Subscritora: KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua dos Topázios nº 174, jardim Maria Isabel, Marília- São Paulo, CEP 17.516-280, com seu contrato social consolidado e última alteração contratual, datado de 11/07/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob número 35.22704837-6, e-mail: lairdo.lucca@deluccacontabil.com.br, telefone 11-98609-5188, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu representante legal infra assinado, **Helder Marcelino Canuto Souza**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Assis, estado de São Paulo, nascido em 17/11/1984, empresário, portador do RG nº 43.478.871-5 SSP/SP e do CPF nº 323.691.058-52, residente e domiciliado à Rua Cupertino de Castro, nº 55, Jardim Europa, na cidade de Assis, estado de São Paulo, CEP 19815-135 e **ATITUDE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Cupertino de Castro, 55, Jardim Europa, CEP 19815-135, Assis- Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 35.23169123-7 e inscrita no CNPJ sob o nº 34.315.025/0001-04, representada por seu sócios administrador **Helder Marcelino Canuto de Souza**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Assis, estado de São Paulo, nascido em 17/11/1984, empresário, portador do RG nº 43.478.871-5 SSP/SP e do CPF nº 323.691.058-52, residente e domiciliado à Rua Cupertino de Castro, nº 55, Jardim Europa, na cidade de Assis, estado de São Paulo, CEP 19815-135.
3. **Número, Espécie e Classe das Ações Subscritas:** 100.000 (cem mil) Ações Ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
4. **Valor Total da Subscrição:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
5. **Forma de Integralização:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em moeda corrente nacional e as demais ações serão integralizados, em até 180 (cento e oitenta) meses em espécie ou bens moveis e imóveis.
6. A constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, sob a denominação social de **KAPA INFRAESTRUTURA S/A**, se dará nos moldes do artigo 251 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, onde a companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira.

São Paulo, 17 de julho de 2024

Subscritora: **HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852**
Assinado de forma digital por HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852
Dados: 2024.08.16 17:45:15 -03'00'

KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA
Helder Marcelino Canuto de Souza
Presidente/Sócio

HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852
Assinado de forma digital por HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852
Dados: 2024.08.16 17:45:31 -03'00'

ATITUDE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
Helder Marcelino Canuto de Souza
Presidente/Sócio

DULCINEIA ANDREUS RODRIGUES LUZETTI:03448930814
Assinado de forma digital por DULCINEIA ANDREUS RODRIGUES LUZETTI:03448930814
Dados: 2024.08.19 13:58:24 -03'00'

Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti
Diretora Administrativa



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro, Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

À Junta Comercial do Estado de São Paulo

NOME Helder Marcelino Canuto de Souza						NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 323.691.058-52	RG/RNE 434788715	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/02/2013	ORGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
DOMICILADO(A) Rua Cupertino de Castro						NÚMERO 55	
COMPLEMENTO			DISTRITO/BAIRRO Jardim Europa			CEP 19815-135	
MUNICÍPIO Assis						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	Marília - SP	DATA	17/07/2024
NOME	Helder Marcelino Canuto de Souza (Diretor Presidente)	ASSINATURA	HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852 <small>Assinado eletronicamente por HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA:32369105852 Data: 2024.08.28 09:13:00 -03'00'</small>



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro, Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



NOME Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti						NACIONALIDADE Bahamense	
COR OU RAÇA Não Declarada	ESTADO CIVIL Casado(a)	CPF 034.489.308-14	RG/RNE 135494734	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/02/2013	ORGÃO EXPEDIDOR SSP	UF SP
DOMICILADO(A) Rua Jose Bertonha						NÚMERO 79	
COMPLEMENTO		DISTRITO/BAIRRO Jardim Tangara				CEP 17516-010	
MUNICÍPIO Marília						UF SP	
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	Marília - SP	DATA	17/07/2024
NOME	Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti (Diretor)	ASSINATURA	DULCINEIA ANDREUS RODRIGUES LUZETTI-03448930814



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Declaração

Eu, HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade nº 43.478.871-5, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 323.691.058-52, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa KAPA INFRAESTRUTURA S/A, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua dos Topázios, 174, Jardim Maria Izabel, SP, Marília, CEP 17516-280, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

HELDER MARCELINO
CANUTO DE
SOUZA:32369105852

Assinado de forma digital por
HELDER MARCELINO CANUTO DE
SOUZA:32369105852
Dados: 2024.08.28 09:15:35 -03'00'

HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA

RG: 43.478.871-5

KAPA INFRAESTRUTURA S/A

De Lucca

DUCCASP
04 09 24

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **LAIRDO SEVERO DE LUCCA FILHO** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP112994**, expedida em **02/07/2009**, inscrito no CPF nº **01082417858**, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

formulário capa do requerimento controle internet 033926607-4, com assinatura digital do Sr. Helder Marcelino Canuto de Souza;

formulário documento básico de entrada do CNPJ – DBE com assinatura digital do Sr. Helder Marcelino Canuto de Souza

Boletim de subscrição de ações empresa a ser constituída com assinatura digital do Sr. Helder Marcelino Canuto de Souza e Sra, Dulcineia Andreus Rodrigues Luzetti;

Formulário Declaração de Licenciamento com assinatura digital do Sr. Helder Marcelino Canuto de Souza;

Formulário Declaração de Desimpedimento com assinatura digital do Sr. Helder Marcelino Canuto de Souza;

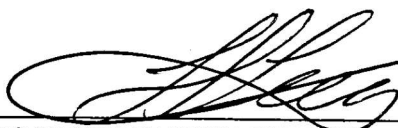
Formulário Declaração de Desimpedimento com assinatura digital do Sr. Dulcineia Andreus Rodrigues Luzetti

Cópia da Carteira Nacional de Habilitação registro 02089814200 Dulcineia Andreus Rodrigues Luzetti

Cópia da Carteira Nacional de Habilitação registro 03080121070 Helder Marcelino Canuto de Souza

Cópia da Carteira de identidade Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo Contador Lairdo Severo de Lucca Filho

Certidão de Habilitação Profissional nº 2024/078219



LAIRDO SEVERO DE LUCCA FILHO
Certifico

DE LUCCA ASSESSORIA CONTÁBIL FISCAL LTDA.
Rua dos Ferroviários, 30 – sala 1 - Cep 02267-020– São Paulo – SP - Capital
Tel 2385.4402 – E-mail: lairdo.lucca@deluccacontabil.com.br



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

N° CONTROLE NA INTERNET 033926607-4		NIRE SEDE		NOME EMPRESARIAL KAPA INFRAESTRUTURA S/A			
NOME DO INTEGRANTE Helder Marcelino Canuto de Souza						IDENTIFICAÇÃO 323.691.058-52	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 434788715	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/02/2013	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Rua Cupertino de Castro						NÚMERO 55	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Jardim Europa				CEP 19815-135	
MUNICÍPIO Assis					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor Presidente (entrada)							
				Início do Mandato: 17/07/2024		Termino do Mandato: 17/07/2027	
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 033926607-4		NIRE SEDE		NOME EMPRESARIAL KAPA INFRAESTRUTURA S/A			
NOME DO INTEGRANTE Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti						IDENTIFICAÇÃO 034.489.308-14	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 135494734	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/02/2013	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Bahamense	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Rua Jose Bertonha						NÚMERO 79	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Jardim Tangara				CEP 17516-010	
MUNICÍPIO Marília					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada)							
Início do Mandato: 17/07/2024 Término do Mandato: 17/07/2027							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

DEFERIDO DBE

PROTOCOLO REDESIM
SPP2430860859

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
KAPA INFRAESTRUTURA SA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

04 SET 2024

Marcelo Ricomini
RG 10.556.924-0
Vogal

Numero de Controle: SP54382913 - 00032369105852

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
HELDER MARCELINO CANUTO DE SOUZA

CPF
323.691.058-52

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)
HELDER MARCELINO CANUTO DE
SOUZA:32369105852
Assinado de forma digital por HELDER MARCELINO
CANUTO DE SOUZA:32369105852
Dados: 2024.08.28 09:14:44 -03'00'

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA
UNIDADE CADASTRADORA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 2.315.394/24-7

Relatório da Análise Prévia

- ☒ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

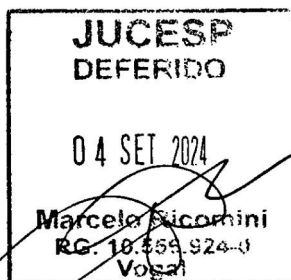
Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Elisandra de Souza RG 29.460.926

Data: 03/09/2024

Ciência Vogais





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

TJH
EDS

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.257.506/24-8



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET

033856906-5



DADOS CADASTRAIS

ATO Constituição Normal;			
NOME EMPRESARIAL KAPA INFRAESTRUTURA S/A			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua dos Topázios	NÚMERO 174	COMPLEMENTO	CEP 17516-280
MUNICÍPIO Marília	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Helder Marcelino Canuto de Souza (Diretor Presidente)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 537,47 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1/1
ASSINATURA:		DATA: 17/07/2024	

DECLARO SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO ★ 20 AGO. 2024 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 4ª TURMA DE VOGAIS	CARIMBO ANÁLISE JUCESP 230824 EXIGÊNCIA 5ª TURMA 1. Vogal Relator Aramis Martins Junior RG 17.689.608-1 Voga 2. Vogal Revisor 3. Vogal RG: 12.334.603-8
ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
OBSERVAÇÕES:		



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 2.257.506/24-8

Relatório da Análise Prévia

- ☐ SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☒ SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Proposta de Exigência

Exigência
42- Ato constitutivo – Estatuto, deve conter o visto de advogado, com indicação do nome, número e seção da OAB (art. 36 do Decreto 1.800/96 e item 2.2 da IN DREI nº 81/2020).

Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

DBE CANCELADO

Análise Prévia

Elisandra de Souza RG 29.460.926

Data: 22/08/2024

